----- O Sr. Presidente da Mesa passou a palavra ao Sr. Eng.º Coelho de Abreu, que confirmou que, com o Plano de Pormenor atual os particulares são prejudicados com soluções urbanísticas que já não se ajustam à realidade e para darem cumprimento ao Plano de Pormenor em vigor envolvem elevados investimentos, assim como não se conseguem alterar os loteamentos, mas que, com as medidas preventivas já se pode avançar com as permutas.-----

----- Após apreciação, discussão e votação da suspensão do Plano de Pormenor da Zona Sul de Cantanhede e estabelecimento simultâneo de Medidas Preventivas, foi a mesma aprovada, por unanimidade.”-----

----- Por ser verdade, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso na Câmara Municipal de Cantanhede.-----

----- Cantanhede, aos 12 dias do mês de janeiro de 2012 -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede,

(Jorge Manuel Catarino dos Santos)

Medidas Preventivas para a área de intervenção

Artigo 1.º

Âmbito territorial

As medidas preventivas são propostas para a área identificada na planta anexa, inserida no Plano de Pormenor da Zona Sul, publicado no DR, n.º 23, 2.ª série, de 28 de janeiro de 1993, e registado com o n.º 02.0.02.00/03-92, em 8 de setembro de 1992 e no Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede, aprovado por RCM n.º 7/2000, e publicada no DR 1.ª série-B, n.º 54, de 4 de março, com as alterações introduzidas pela 1.ª Alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede publicada no DR, n.º 86, 2.ª série, de 4 de maio de 2010, através do Aviso n.º 8846/2010.

O estabelecimento de medidas preventivas para a área delimitada destina-se a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes, que possam limitar, comprometer ou onerar as propostas contidas na revisão do Plano Urbanização de Cantanhede, de acordo com deliberação camarária.

Artigo 2.º

Âmbito material

As medidas preventivas consistirão na sujeição a parecer prévio vinculativo da CCDR-C, das seguintes ações:

- Operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, de ampliação, de alteração e de reconstrução, com exceção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia;
- Obras de construção civil, ampliação, alteração e reconstrução, com exceção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia;
- Trabalhos de remodelação de terrenos;
- Obras de demolição de edificações existentes, exceto as que por regulamento municipal, possam ser dispensadas de licença ou autorização;
- Derrube de árvores em maciço ou destruição do solo vivo e do coberto vegetal.

Artigo 3.º

Âmbito temporal

As medidas preventivas vigoram pelo prazo dois anos, caducando com a entrada em vigor da revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede.

Identificadores das imagens e respectivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

6921:

http://ssaigt.dgotdu.pt/i/Planta_com_a_delimitação_da_área_a_sujeitar_a_MP_6921_1.jpg
605725456

Aviso n.º 2547/2012

Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira, Vice Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, torna público, nos termos e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto Lei n.º 380/99, de 22 setembro, com a redação dada pelo Decreto Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto, que a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 19 de dezembro de 2011, sob proposta da Câmara Municipal de Cantanhede — reunião ordinária de 2 de dezembro de 2011 — deliberou aprovar a Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor da Zona Industrial I de Cantanhede (ampliação).

30 de janeiro de 2012. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira*.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CERTIDÃO

----- **JORGE MANUEL CATARINO DOS SANTOS**, Licenciado em Economia e Presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede, CERTIFICA que da ata n.º 5/2011, da sessão ordinária pública da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 19 de dezembro de 2011, exarada no Livro de Atas n.º 7, consta uma deliberação do seguinte teor integral:-----

“----- **Entrou-se de seguida no Ponto 6** - «Apreciação, discussão e votação da alteração por adaptação do Plano de Pormenor da Zona Industrial I de Cantanhede (ampliação)»;-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que solicitou autorização para que fosse a Sr.ª Dr.ª Helena Teodósio, Vice-Presidente da Câmara e Vereadora do Pelouro do Urbanismo, a apresentá-lo bem como os assuntos 7 e 8 seguintes, passando-lhe a palavra.-----

----- Tomou da palavra a Sr.ª Dr.ª Helena Teodósio informando que a Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial I de Cantanhede (Ampliação) foi publicada no Diário da República n.º 95, 2.ª série, de 18 de maio de 2009, através do Aviso n.º 9696/2009, tendo como objetivos: 1 - possibilitar a instalação de atividades de recreio e lazer que, por produzirem níveis de ruído significativos, são incompatíveis com as áreas urbanas residenciais; 2 - alterar o uso do lote destinado a equipamento e estacionamento para uso industrial; 3 - alterar a capacidade construtiva de alguns lotes de modo a permitir o aumento da área de implantação e de construção das unidades industriais. Informou ainda que, desde a entrada em vigor da Alteração do PP da ZI I de Cantanhede (Ampliação) foi perceptível que não estava esgotada a capacidade máxima de ocupação para todas as parcelas, podendo para esses casos específicos ser maximizada ainda mais a rentabilidade de construção nas mesmas. Simultaneamente, e para o caso específico do lote n.º 24, com a entrada em vigor da Alteração do PP, o afastamento de 30 metros existente relativamente ao arruamento confinante a poente poderia ser ocupado com construção, reduzindo assim o corredor livre para 26,00 metros. De forma a solucionar as questões foi sugerido pelo Departamento de Urbanismo/Divisão de Ordenamento do Território a correção do instrumento de ordenamento em causa, nomeadamente da Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial I de Cantanhede (Ampliação), através de uma Alteração por Adaptação, conforme estipulado na alínea d) do artigo 97.º, do RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial). Referiu também que a alteração proposta enquadra-se no referido diploma legal, uma vez que da Alteração do Plano não resulta uma variação total superior a 3% da área de construção inicialmente prevista no plano de pormenor em vigor. Esclareceu ainda que a área bruta de construção estipulada parcela a parcela, está de acordo com o índice máximo de construção permitido, nomeadamente 50%, regra que não é modificada. Apenas se altera o polígono de implantação de forma a que o mesmo permita usufruir da capacidade construtiva

definida. As alterações propostas incidem apenas nas parcelas n.º 2, n.º 18, n.º 24, n.º 26, n.º 27A, n.º 35A, n.º 36A, n.º 37A e n.º 38A. Finalmente referiu que, as alterações introduzidas vão beneficiar os proprietários das parcelas, que poderão ampliar as suas unidades industriais, de serviços ou armazéns, de forma a usufruírem, na totalidade, da capacidade construtiva das suas parcelas.

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia questionou o facto da Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Cantanhede I ter uma determinada área de implantação que lhe foi conferida aquando da sua definição e não permitir que os índices de construção sejam possíveis, ou seja, ao aumentar a área de implantação vai permitir que o índice de construção se concretize, solicitando os necessários esclarecimentos ao Sr. Eng.º Coelho de Abreu, Diretor de Departamento de Urbanismo.

-----Tomando a palavra o Sr. Eng.º Coelho de Abreu confirmou que o índice de construção pode aumentar, sendo certo que não ultrapassa o que está definido no Plano, ou seja os 50% de cada parcela. Informou ainda que, com estas alterações de implantação otimiza-se a ocupação do terreno, algumas parcelas vão manter uma capacidade de construção inferior a 50% mas em todos eles é otimizada a ocupação máxima que permite fazer ajustamentos que são fundamentais.

-----O Sr. Dr. Carlos Pessoa solicitou esclarecimentos sobre a legenda da planta de sobreposição que contem as áreas iniciais e as áreas agora otimizadas, tendo sido, de imediato, esclarecido pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

-----Tomou a palavra o Sr. Eng.º Rogério, questionando o facto de, uma vez que, este aumento de área vai manter os mesmos 50% de construção e se se vão manter as mesmas regras, se foi pedido ou não por alguma empresa desses lotes e se não o foi, porque é que não foi feito há mais tempo, uma vez que é uma coisa óbvia.

-----Retomando a palavra, o Sr. Eng.º Coelho de Abreu, referiu que se verificou que as parcelas em que era possível cumprir os afastamentos previstos no Plano, não alterando os afastamentos mínimos, garantindo uma atualização da implantação naquelas parcelas que era necessário fazer, resolveria o problema do lote n.º 24 e de uma série de parcelas que estão na memória descritiva.

-----Após apreciação, discussão e votação da Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor da Zona Industrial I de Cantanhede (Ampliação), foi a mesma aprovada, por unanimidade.

-----Por ser verdade, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso na Câmara Municipal de Cantanhede.

-----Cantanhede, aos 12 dias do mês de janeiro de 2012

O Presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede,

(Jorge Manuel Catarino dos Santos)

Identificadores das imagens e respectivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

6912 — http://ssaigt.dgotdu.pt/i/Planta_de_implantacao_6912_1.jpg
605725431

MUNICÍPIO DO CARTAXO

Aviso (extrato) n.º 2548/2012

Paulo Jorge Vieira Varanda, Licenciado em Engenharia Civil e Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo:

Torna público, para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação

atual, que a Assembleia Municipal do Cartaxo, na sua sessão ordinária de 28 de abril de 2008, aprovou por maioria, a retificação do Plano Diretor Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal aprovada por unanimidade em reunião do dia 11 de março de 2008.

A retificação enquadrou-se, no âmbito do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 97.º-A, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, e incidiu na Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/98, publicada na 1.ª série-B do *Diário da República*, de 22 de janeiro de 1998.

Nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 148.º do RJIGT, publicam-se em anexo ao presente Aviso, a Planta de Ordenamento alterada.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

18 de janeiro de 2012. — O Presidente da Câmara, *Paulo Jorge Vieira Varanda*.

CERTIDÃO

FERNANDO MANUEL DUARTE SANTOS, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO:

CERTIFICA que da ata da sessão ordinária realizada em vinte e oito de abril de dois mil e oito consta uma deliberação do teor seguinte:

PONTO 4 – RETIFICAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – ÁREA INDUSTRIAL EXISTENTE DA CRUZ DO CAMPO

-----SENHOR PRESIDENTE DA MESA-----

-----Apresentou a seguinte informação técnica da DPAU (Nota Interna n.º 19/2008 DPAU-FL), sobre a retificação do Plano Diretor Municipal – Área Industrial existente da Cruz do Campo, que aqui damos por transcrito:

-----“Relativamente ao assunto acima indicado e em resposta ao que me foi solicitado, cumpre-me informar o seguinte:-----

-----Em 2000/03/02 a CCRLVT emitiu uma certidão de autorização de localização de estabelecimento industrial n.º 80/2000, na sequência de pedido formulado por Cerâmica Central da Cruz do Campo, Lda., para um estabelecimento industrial da classe B, destinado ao fabrico de tijolos e abobadilhas, sito junto à E.N. 3, na Cruz do Campo, freguesia de Pontével, com as seguintes características: 1) Área do terreno (m2): 35.840; 2) Área de implantação (m2): 2.848 ampliação autorizada – 9.680 existente; 3) Área de construção (m2): 2.848 ampliação – 9.680 existente;

-----Em 2000/04/19 deu entrada nos N/ Serviços um pedido de licenciamento para execução de obras de alteração / ampliação do estabelecimento industrial também formulado por Cerâmica Central da Cruz do Campo, Lda. e para o local a que se refere a certidão acima referida, com o objetivo de implementar um sistema de fabrico mais atualizado e que se traduzia simultaneamente na remodelação das instalações existentes e no aumento da sua área coberta. Da análise da pretensão, verificou-se que a área do estabelecimento industrial resultante dessas obras – 12.528 m2 - estava em conformidade com a constante da certidão de autorização acima referida, mas excedia o que poderia ser permitido para a parte do terreno abrangida pela categoria de espaço Área Industrial Existente assinalada na planta de ordenamento do PDM, cuja área é de aproximadamente 31.840 m2, já que se traduzia num índice de ocupação de 0,39 m2/m2 e, portanto, superior ao máximo admissível – 0,30 m2/m2. Este índice era também ultrapassado mesmo se considerássemos como área do terreno a mencionada na certidão – 35.840 m2 – o que permite concluir que a emissão dessa certidão não atendeu ao disposto no Art.º 23.º, 1, 2) do Regulamento do PDM. De facto, quando esta categoria de espaço foi delimitada não foi considerada a totalidade da área dos prédios – 56.500 m2 – em que se situavam as instalações industriais existentes à data, pelo que só apenas uma parte desses prédios foi abrangida por essa categoria, sendo a restante incluída na categoria de espaço florestal. Devo, no entanto, esclarecer que, enquanto decorriam os trabalhos de elaboração do PDM e se procedia à delimitação da categoria de espaço industrial, foram ainda efetuadas algumas correções por forma a que os prédios destinados ao uso industrial fossem integrados na sua totalidade dentro dessas categorias de espaço, já que essa era a única forma de vir a possibilitar eventuais ampliações, mas não foi isso que veio a suceder com a Cerâmica Central do Cruz do Campo;

-----Em função do acima exposto, só seria possível viabilizar a ampliação da área prevista na referida certidão se fosse alterado o PDM. Nesse sentido, o atual proprietário das instalações – IBEROCERAM – Indústria Cerâmica, S.A. - sugeriu que se poderia para o efeito fazer uso da figura de alterações sujeitas a regime simplificado prevista no Art.º 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, solução que veio a ser acolhida em reunião do executivo camarário de 2006/01/09. Contudo, como os trabalhos de revisão do PDM já decorriam, também poderia parecer razoável aguardar pela sua conclusão, mas isto se o ritmo desses trabalhos fosse satisfatório, situação que a prática não tem confirmado. Por isso, veio a optar-se por preparar toda a documentação exigível para uma alteração sujeita a regime simplificado de modo a que pudesse ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal. No entanto, como entrou em vigor, em 19/09/2007, uma alteração ao Dec.-Lei n.º 380/99, e o regime de procedimento simplificado ficou reservado apenas para as alterações resultantes da necessidade de integrar a "lacuna